

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



## ANEXO 02

### POLÍTICAS AFIRMATIVAS SPCINE

Em consonância com a Portaria nº02/2021/Spicine e os mecanismos deste **EDITAL**, que tratam sobre **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** para **PROJETOS** que optem pelas categorias de reserva, a **SPCINE** estabelece:

#### ITEM 1. Documentos de inscrição para fins das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** da **SPCINE**:

- a) Autodeclaração de sócio(a) constituído(a) na composição do quadro societário **SOCIALMENTE NEGRO** e/ou **PESSOAS TRANS**, da **PROPONENTE** (**ANEXO 6** - uma para cada sócio[a] relativo às **POLÍTICAS AFIRMATIVAS**, no caso de haver mais de um[a]).
- b) Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena de sócio(a) constituído(a) na composição do quadro societário **INDÍGENA** da **PROPONENTE** (**ANEXO 07** - uma para cada sócio[a] relativo às **POLÍTICAS AFIRMATIVAS**, no caso de haver mais de um[a]).
- c) Autodeclaração de pessoa **SOCIALMENTE NEGRA, MULHER, PESSOA TRANS** e/ou **PESSOA COM DEFICIÊNCIA** do(a) **DIRETOR(A)** (**ANEXO 8**).
- d) Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena (**ANEXO 9**) do(a) **DIRETOR(A)**.
- e) Cópia reprográfica dos RGs e CPFs dos(as) sócios(as)
- f) No caso de sócio(a) constituído(a) na composição do quadro societário ou **DIRETOR(A) PESSOA TRANS** que deseje ser trata de com nome ou gênero diferente do seu documento oficial, poderá de forma opcional enviar Declaração de uso do nome social (**ANEXO 10**).
- g) No caso de **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, deverá ser enviado laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID e contendo o nome completo da pessoa, a assinatura, o carimbo e o CRM do profissional que emitiu o laudo.
- h) Para quem apresentou autodeclaração de pessoa socialmente negra, 01 (uma) foto 5X7 (cinco por sete) de rosto inteiro, do topo da cabeça até o final dos ombros, com fundo neutro, sem sombras e datada há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da entrega, devendo a data estar estampada na frente da foto;

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ITEM 2.** Para fins de comprovação de atendimento das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** neste **EDITAL**, serão utilizados os seguintes documentos e critérios:

I. Para fins de procedimento de aferição de pertencimento racial, conforme fase de contratação item 11 do **EDITAL**, as pessoas autodeclaradas **SOCIALMENTE NEGRAS**, optantes por esta categoria de reserva, passarão pelo procedimento conforme Item 3 deste **ANEXO**.

II. Para fins de comprovação da composição do quadro societário **SOCIALMENTE NEGRO**, **INDÍGENA** e/ou **PESSOAS TRANS** será utilizado o Cadastro como MEI ou Contrato ou Estatuto Social atualizado da **PROPONENTE** exigido nos documentos obrigatórios de inscrição e as documentações constantes do item 1, “a”, “b”, “e” e “f” deste **ANEXO**.

- a) A pessoa jurídica deverá dispor no quadro societário de pelo menos um(a) sócio(a), ou uma composição de sócios(as) **SOCIALMENTE NEGROS**, **INDÍGENAS** e/ou **PESSOAS TRANS**, desde que este(a) ou estes(as) representem 50% (cinquenta por cento) ou a maior parcela de ações/quotas da empresa, ou seja, que tenham participação equivalente à metade ou participação majoritária no quadro societário. No caso de **PROPONENTE** MEI, será levado em conta seu responsável legal.
- b) No caso de Associação com escopo de atuação **INDÍGENA**, será utilizada a documentação constante do item 8.4, VII, ou seja, o estatuto que comprove o referido escopo.

III. Para fins de comprovação de DIRETOR(A) INDÍGENA será utilizada a documentação constante do item 1, “d”.

IV. Para fins de comprovação de DIRETORA MULHER, serão utilizadas as cópias do RG e CPF exigidos nos documentos obrigatórios de inscrição e/ou a autodeclaração (**ANEXO 08**) enviada.

V. Para fins de comprovação de DIRETOR(A) PESSOA TRANS, será utilizada a autodeclaração (**ANEXO 08**) enviada.

VI. Para fins de comprovação de PESSOA COM DEFICIÊNCIA, será utilizado o laudo médico enviado, conforme item 1, “g”.

Parágrafo único - o não encaminhamento da documentação exigida importará a desconsideração da autodeclaração apresentada pela **PROPONENTE** ou pelo(a) **DIRETOR(A)** no momento da inscrição, assim como saída da lista reservada na respectiva categoria, caso assim tenha optado.

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**ITEM 3.** Os **PROJETOS** selecionados que tiverem apresentado autodeclaração de pessoa **SOCIALMENTE NEGRA** passarão pelo procedimento de aferição de autodeclaração de pertencimento racial, conforme o seguinte:

I. Será definida Comissão responsável pelo procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial. A Comissão poderá ter caráter permanente ou exclusivo para este **EDITAL**.

II. O procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial se submete aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) Respeito à dignidade da pessoa humana.
- b) Observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal
- c) Garantia de padronização e de igualdade de tratamento entre proponentes eventualmente submetidas ao procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial promovido no mesmo **EDITAL** e a procedimentos de aferição de autodeclarações de pertencimento racial já padronizados e consolidados pela Administração Pública Municipal.
- d) Garantia da publicidade e do controle social do procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial, resguardadas as hipóteses de sigilo aqui previstas.
- e) Atendimento ao dever de autotutela da legalidade pela Administração Pública.
- f) Garantia da efetividade e resguardo da legitimidade das **POLÍTICAS AFIRMATIVAS** promovidas pela **SPCINE**, de maneira que alcance seus objetivos e fins sociais.

III. A autodeclaração apresentada pelos (as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou pelo(a) **DIRETOR(A)** no momento da inscrição do **PROJETO** goza de presunção relativa de veracidade, sem prejuízo da confirmação de seu teor através de procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial, nos termos deste **EDITAL**.

IV. Para os efeitos deste **EDITAL** e em consonância com o Decreto Municipal nº 57.557/2016, negros, negras ou afrodescendentes são as pessoas que se enquadram como pretos, pardos ou denominação equivalente, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando-se a autodeclaração.

- a) A autodeclaração não dispensa a efetiva correspondência da identidade fenotípica dos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)** com a de pessoas identificadas socialmente como negras.
- b) O vocábulo “afrodescendente” deve ser interpretado como sinônimo de negro ou negra.

Apoio:



Realização:



c) A expressão “denominação equivalente” a que se refere este inciso abrange a pessoa preta

ou parda, ou seja, apenas será considerada quando sua fenotipia a identifique socialmente como negra.

V. Para fins deste **EDITAL**, considera-se procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial a identificação e confirmação por terceiros da condição autodeclarada, exclusivamente para fins do **EDITAL** e do atendimento dos objetivos e finalidades sociais das políticas afirmativas da **SPCINE**, considerando-se o contexto de seu estabelecimento e o objeto do **EDITAL**.

VI. A **POLÍTICA AFIRMATIVA** destina-se às pessoas que apresentem características fenotípicas de pessoa negra, que assim sejam socialmente reconhecidas, não sendo suficiente apenas a identificação pessoal e subjetiva dos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)**.

VII. A aferição ocorrerá inicialmente mediante análise da fotografia apresentada conforme item 1, “h”, deste **ANEXO**. Em caso de dúvidas, a Comissão de Aferição poderá decidir pela necessidade de aferição pessoal da interessada.

VIII. Os (As) sócios(as) da **PROPONENTE** e o(a) **DIRETOR(A)** poderão ser convocadas a comparecer virtualmente ou presencialmente na sede da **SPCINE** ou em outro local designado, perante o colegiado, como parte do procedimento, oportunidade em que poderá apresentar razões e documentos.

a) A convocação dar-se-á com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência e a presença deverá ocorrer em dias úteis, durante o horário comercial.

b) Em comparecimento presencial os(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou o(a) **DIRETOR(A)** deverão observar todas as medidas sanitárias e de prevenção de contágio vigentes, conforme orientações dos órgãos competentes, em especial o uso de máscara, podendo, entretanto, ser requerida que retire a máscara temporariamente para fins do procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial, se assim entendido cabível pela Comissão.

c) Em comparecimento virtual os(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou o(a) **DIRETOR(A)** deverão estar em um ambiente sem grandes contrastes de luz, com a luz mais homogênea possível, evitando janelas ou ponto de luz atrás de si, e que haja luz natural no rosto, de preferência uma de cada lado do rosto ou uma luz frontal, como uma luz de janela na frente.

d) O comparecimento presencial ou virtual será gravado exclusivamente para fins de controle externo e de subsídio na análise de eventual manifestação escrita. A recusa dos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)** quanto à gravação do

Apoio:



Realização:



procedimento implica em sua renúncia à **POLÍTICA AFIRMATIVA** de concorrência pela reserva.

e) O não comparecimento perante o colegiado importará a desconsideração da autodeclaração apresentada pelos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou pelo(a) **DIRETOR(A)** no momento da inscrição, assim como saída da lista reservada na respectiva categoria, passando à lista de ampla concorrência.

IX. A Comissão utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou pelo(a) **DIRETOR(A)**.

a) Serão consideradas as características fenotípicas dos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)** ao tempo da realização do procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial.

b) Na análise, poderá ser desconsiderado eventual documento apresentado pelos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou pelo(a) **DIRETOR(A)** que contenha indicação de raça ou cor, ainda que oficial, quando desconectado da fenotipia da declarante.

X. A partir da instrução produzida, será avaliado se o fenótipo dos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)** é expressão real do conceito definido no item 9.10, IV deste **EDITAL**, à luz dos objetivos da **POLÍTICA AFIRMATIVA** da **SPCINE** e do **EDITAL**.

a) No caso de suspeita de que a declaração dos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)** não condiz com sua fenotípica, após eventual comparecimento presencial, será dado prazo não inferior a 48 (quarenta e oito) horas para sua manifestação escrita, podendo juntar outros documentos e todos os meios de prova em direito admitidas.

b) Se a Comissão concluir que a **PROPONENTE** ou o(a) **DIRETOR(A)** não é destinatário(a) da **POLÍTICA AFIRMATIVA** à luz dos objetivos desta e do **EDITAL**, deverá opinar, em relatório devidamente fundamentado.

b.1) No caso de evidente fraude e má-fé, pela desclassificação da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)** e comunicação do fato ao Ministério Público.

b.2) Quando não constatada a má-fé, especialmente diante da existência de dúvida razoável por parte da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)** quanto à conceituação prevista no **EDITAL** ou quanto à finalidade ou destinação da **POLÍTICA AFIRMATIVA**, pela sua manutenção no certame, porém com a saída da lista reservada, passando à lista de ampla concorrência.

XI. A Comissão deliberará pela maioria dos seus membros, sob forma de parecer motivado.

a) As deliberações da Comissão terão validade apenas para o **EDITAL** para o qual foi

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



designada, não servindo para outras finalidades.

b) É vedado à Comissão manifestar sua conclusão na presença dos(as) sócios(as) da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)**.

XII. Finalizado o procedimento de análise da correspondência, o relatório conclusivo daí resultante deverá ser imediatamente enviado à Diretoria da **SPCINE**, que deverá decidir, por despacho, em até 05 (cinco) dias úteis.

XIII. O procedimento de aferição de autodeclarações de pertencimento racial e os trabalhos da Comissão poderão ser acompanhados pela Coordenação de Promoção de Igualdade Racial (CPIR), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

XIV. Todos os documentos apresentados pela **PROPONENTE** ou pelo(a) **DIRETOR(A)**, bem como eventual gravação realizada e o teor do parecer motivado da Comissão serão de acesso restrito,

nos termos do art.31, da Lei Federal nº 12.527/2011, podendo ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem, sem prejuízo de sua eventual submissão a órgãos de controle interno ou externo, por requisição judicial ou administrativa, independente da concordância da **PROPONENTE** ou do(a) **DIRETOR(A)**.